

1 **No dia 05 do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na Escola de**  
2 **Saúde Pública, em Cuiabá/MT, após conferência de quórum, na segunda chamada, com**  
3 **15 conselheiros presentes, deu início a reunião ordinária do Conselho Estadual de**  
4 **Saúde.** A sessão foi presidida pelo **Conselheiro Mário Lúcio**, Ad Hoc, que iniciou a reunião  
5 convocando a presença de Deus, pedindo a iluminação do Espírito Santo, bem como  
6 solicitando um minuto de silêncio para entregar para o Senhor os companheiros do SINTEP, a  
7 Presidente Jocilene Barboza e o Secretário Júlio César Viana, que perderam a vida nessa  
8 semana em viagem, lutando pelas causas sindicais. A palavra foi passada à **Secretária**  
9 **Executiva, Lúcia Almeida**, que fez a leitura do nome dos dezesseis Conselheiros presentes  
10 no início da reunião: Conselheira Zeni, Conselheiro Edevande, Conselheiro Jeovany,  
11 Conselheiro Otair, Conselheira Maria de Lurdes, Conselheiros Carlos Pereira, Conselheiro  
12 Osmar, Conselheiro Márcio Rios, Conselheira Francisca Cortuna, Conselheira Elizabete,  
13 Conselheiro Emanuel Tibalde, Conselheira Cássia Palos, Conselheiro Francisco Chagas,  
14 Conselheiro Valter, Conselheira Daniela, Conselheira Leila Melo e Conselheiro Mário Lúcio  
15 presidindo a sessão. A Secretária diz que no expediente relevante foi entregue aos Senhores  
16 Conselheiros uma planilha das comissões do Conselho que foi composta na reunião passada,  
17 para o acompanhamento. Destaca também ter no expediente relevante o convite para  
18 audiência pública da Comissão de Saúde Previdência e Assistência Social da Assembleia  
19 Legislativa de Mato Grosso, que ocorrerá dia 12 de dezembro de 2018, às 14 horas na  
20 Assembleia Legislativa, no auditório Milton Figueiredo. Informa, no expediente relevante,  
21 como medida de evitar o cometimento do mesmo erro pelos Conselheiros, que foi protocolado  
22 na ouvidoria do Conselho pela Conselheira Elda Valim um documento solicitando algumas  
23 informações dos Conselheiros Estaduais de Saúde, como publicações, ofícios e exigindo a  
24 publicitação de documentos, ofícios e memorandos que as instituições encaminham para o  
25 conselho e algumas outras solicitações, ela fez a Ouvidoria Setorial da SES, mediante  
26 processo 612869.2018, já respondi esse processo a ouvidoria setorial informando a ela que no  
27 que se refere a documentos com informações pessoais do conselho não pode ficar em redes  
28 sociais ou no site conforme a conselheira solicita, e as demais solicitações dela além de estar  
29 no site da SES também se encontram no mural do conselho onde todos tem acesso, não sei  
30 por qual motivo foi protocolado esse documento solicitando informações que estão  
31 disponíveis a todos vocês, tanto no site quanto no e-mail de vocês, como no mural do próprio  
32 Conselho Estadual de Saúde, então se de repente alguém tenha vontade de ter acesso a  
33 qualquer tipo de documento, vocês sabem que qualquer documento do Conselho fica  
34 disponível na sala do Conselho Estadual de Saúde, na área administrativa, nos sempre  
35 prestamos essas informações, não é necessário que se reporte a qualquer instituição para ter  
36 acesso aos documentos do Conselho. Foi criada e composta na reunião de Maio, o que é uma  
37 inverdade nunca foi composta a comissão, ela foi criada na reunião de Maio não foi composta.  
38 Diz que tem 5 vezes citada dentro de uma outra reunião ordinária que está sendo tratado aqui  
39 que é incompetente porque eu fiz uma ata errada, ou seja ela é ilegal não deveria nem ter sido  
40 aprovada então. Mas o fato de ter trazido, não ter trazido aliás para aprovação a ata hoje foi  
41 porque eu fiquei extremamente ofendida, tenho sido extremamente ofendida todas as vezes  
42 que durante uma discussão da plenária alguém diz assim que não foi falado isso ou foi falado  
43 tal coisa e não estou registrado, eu acho que é de extremo desrespeito porque eu passo horas  
44 digitando, eu avalio ela umas três vezes para ver se eu não pulei nenhuma proposta, se não  
45 contei não coloquei nenhum voto errado nessa reunião de Novembro específica 5 vezes foi  
46 dito que a composição da comissão de análise foi criada e composta na reunião de Maio. O  
47 que é uma inverdade nunca foi composta a comissão, ela foi criada na Reunião de maio, não  
48 foi composta E aí eu tenho cinco vezes citada dentro de uma outra reunião ordinária com um  
49 monte de gente presente que não sabe do que está sendo tratado aqui que eu sou incompetente

50 Porque eu fiz uma ata errada ou seja ela é ilegal não deveria nem ter sido aprovada então, por  
51 causa disso e por conta desse desrespeito que eu acho enquanto profissional tanto comigo  
52 como a minha equipe que a gente está sofrendo diariamente em relação ao trabalho  
53 administrativo em relação ao que diz o regimento interno que as pessoas querem bulir por  
54 conta própria como se fosse em torno do seu umbigo que o mundo girasse, eu não trouxe a ata  
55 porque eu peço até para a comissão de mesa diretora que ouça comigo para ver quantas horas  
56 vamos levar para terminar um áudio de uma reunião. Não termina em um dia. A conselheira  
57 Leila, por exemplo, digitou uma ata em um dia, uma parte da ata, eu tenho certeza que ela não  
58 digitou imediatamente, porque você tem que voltar toda hora por conta das discussões  
59 paralelas que você tem que decifrar quem está na fala e quem que está interferindo na fala do  
60 outro, aí as pessoas interpretam que aquilo que tá fora na interferência da fala eu sou obrigada  
61 a digitar, não é obrigado, o que tem que ser digitado é a fala do Conselheiro que está na fala,  
62 os outros precisam respeitar isso e aí quando aquilo que foi falado em paralelo não sai na ata  
63 eu sou culpada porque não saiu na ata, então eu não trouxe exatamente para poder chamar  
64 atenção dos Senhores em relação a isso, em relação ao controle de fala, a respeito da fala do  
65 colega e para solicitar que a mesa diretora acompanha comigo na próxima segunda-feira,  
66 numa reunião da mesa diretora, demais conselheiros que queiram participar gostaria que  
67 participasse para analisar a ata com o áudio porque senão se não achar necessário ir até o final  
68 tudo bem, mas que pelo menos comece para poder ver como é que é feita a ata. Porque é  
69 muito injusto a gente fazer um trabalho com tanto carinho, com tanto respeito e depois todas  
70 as reuniões naquilo que não agrada um ou outro o erro ser apontado para secretária executiva.  
71 Eu acho que eu fui eleita pelo pleno para fazer o trabalho do Conselho. Em algumas situações  
72 quando não agrada o outro a gente é apontado o tempo inteiro como incompetente. Outro dia  
73 fiquei extremamente chateada em uma reunião de comissão, onde o conselheiro quis lembrar  
74 que foi feito 3 capacitações de conselheiros, por exemplo, esse ano uma conselheira falou que  
75 não, que não foi a secretária executiva, que quem fez foi o Conselho Nacional. O Conselho  
76 Nacional não fez a inscrição, não providenciou o local, não providenciou alimentação, eles  
77 trouxeram alguém para ministrar um curso que a gente organizou, a equipe da secretária  
78 executiva, a equipe do ouvidoria organizou. Eles não vem aqui aleatoriamente convoca as  
79 pessoas para cá para a sessão quando vem pessoas de fora. Quando alguém tenta elogiar  
80 alguém sempre aparece, para criticar para falar que é mentira que não foi você que fez. Então  
81 quem que fez se não foi a secretária executiva. Eu acho assim, é muito desgastante quando a  
82 gente abraça uma causa, eu não tenho só a área administrativa como opção de trabalho, eu  
83 optei porque é algo que faço com muita responsabilidade, eu tenho respeito e gosto do que  
84 faço. Tenho outra área de atuação que também sou apaixonada, mas eu optei pelo Conselho  
85 Estadual De Saúde porque eu levo a sério, eu acho que tem pessoas que querem que o  
86 Conselho não funcione e é por isso que fica o tempo inteiro burlando o trabalho da gente.  
87 Atrapalhando a agente. Isso é extremamente grave. Eu sei que tem companheiros aqui que  
88 leva a sério, que veste a camisa, mas não adianta tirar a culpa de si e jogar para a secretaria  
89 executiva nos não deliberamos nada, nós só temos que executar o trabalho, somente isso  
90 agradeço vocês pela oportunidade poder fazer esse desabafo e peço desculpa por extrapolar o  
91 tempo e eu espero que agente tenha um ano melhor em 2019, com mais efetividade, mais  
92 participações e principalmente com mais respeito entre todos nós. **Presidente Ad Hoc:**  
93 agradece pela fala da Lúcia. Questiona se alguém mais quer usar do expediente relevante.  
94 **Conselheiro Márcio Rios- SISMA:** Diz que acha extremamente grave essa questão de  
95 solicitação de documento em forma de denúncia através da setorial, principalmente porque  
96 denigre a imagem do Conselho. Esse questionamento vai para o Doges e depois é  
97 encaminhando ao Conselho Nacional de Saúde, como se o Conselho não tivesse transparência  
98 nos seus dados. Diz que é de conhecimento geral que qualquer cidadão tem direito a chegar

99 no CES, ter acesso a documentação. Pela lei de acesso a transparência qualquer um pode  
100 solicitar. Diz que considera isso de extremo mal gosto, para o conselheiro que tem esse  
101 conhecimento e esse acesso. Diz que assim como técnico e conselheiro vê o atrito que essa  
102 conselheira tem com a secretaria executiva e com os técnicos, que apesar dela não estar  
103 presente queria fazer uma inclusão de pauta para discutir esse assunto. Porque acaba tendo  
104 rusgas internas que vão enfraquecendo muito mais o conselho. Diz que vai aguardar o  
105 momento que a conselheira estiver presente para fazer essa inclusão, porque acho necessário  
106 essa discussão. **Conselheiro Otair- Segmento Governo:** Cumprimenta a todos com uma boa  
107 tarde, e diz pensar que a fala da secretária executiva traz para cada conselheiro presente uma  
108 forte capacidade de analisar o que significa Conselho Estadual De Saúde forte. Diz estar  
109 tendo oportunidade de aprender um pouco dentro da comissão de normatização e estruturação  
110 onde existe mais Conselheiros juntos, que tem o prazer de citar o nome de todos eles, que é o  
111 Márcio, a Leila que tá lá, o Emanuel, a Edna somando com a comissão, Tatiane enquanto  
112 assessoria jurídica, o seu Carlos. Que tudo isso, esse desabafo da secretária executiva, passa  
113 por uma nova análise de um documento que tem dentro do conselho que é o regimento  
114 interno. Que se não tomar cuidado com aquilo que está escrito no regimento interno, e com a  
115 graça de Deus essa comissão ela vai conseguir avançar e vai trazer para este pleno aquilo que  
116 aquele grupo de pessoas entende que é necessário que se discuta para modificar. Todo esse  
117 desabafo da secretária executiva serão transformados em uma doença crônica, e ela vai morrer  
118 mais cedo que todo mundo. Diz que isso pra ele é extremamente preocupante. Que não quer  
119 citar nome de um outro Conselheiro, mas quer trazer para todos os conselheiros a necessidade  
120 de ouvir com muita atenção o desabafo da secretária e trazer para dentro de si, qual a  
121 participação de cada Conselheiro dentro desse processo. Questiona o que o Otair acrescenta o  
122 nesse desabafo ou potencializa o desabafo da secretária executiva. Diz que esse é um  
123 momento de reflexão bastante intensa, que está chegando num período de festas natalinas que  
124 irão entrar no período de recesso, 2019 vai prosseguir, o Conselho vai existir, que está vindo  
125 um governo novo, e pensa que é uma oportunidade rica de pensar nessa situação de discutir o  
126 regimento interno do Conselho. Agradece. **Leila Melo - Segmento Usuário:** Diz que foi  
127 citado seu nome, que realmente fez essa colocação quando falaram assim "a Lúcia fez a  
128 capacitação". Diz que não é assim, que tem que largar um pouco desse egocentrismo, porque  
129 quando é feita alguma coisa, que pensa que é o conselho né, é o conselho porque se o  
130 conselho também não abrisse essa perspectiva acha que não haveria capacitação. Que quem  
131 fez a capacitação na verdade, que embora ela tenha solicitado, que é a função dela, que ela  
132 esta aí nessa parte administrativa também, que foi o Conselho Nacional. Que quando for  
133 colocar, não é eu, a fulana, beltrana, não, que tem que saber colocar as coisas, só isso. É nesse  
134 sentido, não que ela desaprove, que sabe que é muito difícil o papel que a secretária executiva  
135 está desempenhando lá, não é fácil, mas que, também, para os conselheiros não é fácil, que é  
136 nesse sentido que falou. **Presidente Ad Hoc:** Agradece Leila, ressaltando não ter havido  
137 citações pela Lúcia. **Conselheira Siriana:** Cumprimenta com Boa tarde, se identificando  
138 como secretária-adjunta das unidades especializadas. Diz que neste momento faz uso desse  
139 espaço para trazer para os Conselheiros, cumprir na verdade uma promessa que fez quando  
140 assumiu a pasta da secretaria adjunta, dessas cinco unidades que é Hemocentro, CRIDAC,  
141 SERMAC SAF e CEOP, e também o CRIPE. Diz que naquele momento falou com os  
142 conselheiros que as cinco unidades elas funcionavam assim em cima do plano anual de  
143 trabalho, mas que somente duas tinham plano diretor de funcionamento de reabilitação, o  
144 CRIDAC, como sabem e o HEMOCENTRO, que fez o compromisso formal de trabalhar  
145 durante esses onze meses a construção desses planos de ação, que muita das vezes é  
146 aprovado o PTA aqui e no próximo ano os conselheiros não tem, as vezes, a oportunidade de  
147 acompanhar a execução dele porque não se constrói em cima de um PTA um plano de ação.

148 Diz que trouxe para entregar formalmente para a secretária executiva esses planos, que  
149 infelizmente não houve a oportunidade de fazer a apresentação desses planos aqui pra todos,  
150 mas que também não seria o momento, porque acha que vai acontecer mesmo dentro da  
151 próxima gestão. Que fez também a mesma entrega no período da manhã na PRÉCIB do  
152 COSEMS, onde estava presente membros da comissão de transição e também deixou a  
153 disposição deles esse material para que eles façam os ajustes necessários, Que não tem  
154 aumento de gasto nenhum, que foi trabalhado em cima do recurso que hoje essas unidades  
155 dispõe, mas que fica em aberto também para fazer os ajustes necessários junto com esses  
156 planos de ação, que tem o plano estadual da assistência farmacêutica que foi construído pelos  
157 Conselheiros, pelo COSEMS e os técnicos da SES e principalmente pelos técnicos da  
158 assistência farmacêutica no ano de 2016 e 2017, que agora em 2018 passou por uma revisão,  
159 mas aconselha, assim como aconselhou de manhã, continua aconselhando que deve ser feito  
160 também um ajuste nas metas dele logo no início do próximo governo agora. Então aproveita o  
161 momento para entregar formalmente a secretária do conselho os planos de ação dessas cinco  
162 unidades, que na verdade aqui são quatro unidades, sendo que o Hemocentro e a reabilitação  
163 entra em reavaliação dos planos já existentes no próximo ano. Que no ensejo aproveita para  
164 convidá-los para inauguração da nova sede do CRIDAC. Possivelmente na data do dia 18 no  
165 período matutino, mas que vai confirmar porque depende da agenda de outras pessoas, que irá  
166 conferir a informação e repassar a este conselho. Agradece pelo apoio durante todo o ano.

167 **Presidente Ad Hoc:** Comunica com alegria que de 14 a 18 deste mês houve a assembleia  
168 nacional da Fraternidade cristã da pessoa com deficiência aqui em Cuiabá, que receberam dos  
169 15 estados existentes da Fraternidade 11 estiveram presente. Que convidaram no mês de  
170 outubro este conselho para pelo menos um dia ir visita-los no local do evento. Diz que o  
171 evento foi excelente. Que conseguiram fazer uma ótima assembleia, a única falha que houve  
172 foi com a Infraero que Infelizmente aqui em Mato Grosso eles não disponibilizaram aquela  
173 pecinha lá que tem a rampa, pois 14 eram cadeirantes, que utilizavam cadeiras elétricas, super  
174 pesadas, então foi difícil o desembarque delas. No embarque foi ótimo. Isso porque fizeram  
175 todo o contato com a Infraero com as empresas falando da chegada do pessoal horário de voo,  
176 tudo. Agradece demais a comunidade mato-grossense, cuiabana, os amigos, que não faltou  
177 nenhuma logística de transporte pra nenhum dos participantes, tanto de Cuiabá e várzea  
178 grande quanto de quem veio de fora. Sobrou carro, sobrou veículos de amigos ofertando ajuda  
179 no transporte, entendendo a magnitude do trabalho da fraternidade cristã da pessoa com  
180 deficiência, não só de mato grosso mas do Brasil. O município de Cuiabá colaborou muito  
181 com toda despesa de alimentação que tivemos, a hotelaria, embora tenha sido comunicado a  
182 dificuldade, a Micro artesã de Cuiabá no ajudou colocando o prédio do Cristo rei a disposição  
183 nossa, fizeram a acessibilidade do ambiente, melhorando a condição de banheiros adaptados,  
184 os chuveiros, tudo. Fica esse legado para os mato-grossense que quando quisermos uma casa  
185 para fazer um retiro, encontro, hoje já tem, que aloja até 120 pessoas, deficientes e usuários de  
186 cadeiras de rodas. Que não mais precisar da hotelaria de Cuiabá porque a igreja ofereceu esse  
187 espaço. Comunica com muita alegria que o evento foi bom. E também que conseguiram  
188 eleger uma amiga, josneide de Freitas Miranda - coordenadora da região sudeste e centro  
189 oeste, participando da Nacional fraternidade crista do Brasil. Que é uma honra ter uma  
190 companheira mato-grossense compondo a nacional. Isso é uma situação de alegria e  
191 relevância da fraternidade cristã do Brasil. Que passarão agora para as pautas, são quatro  
192 pautas. Que irá ler a sequência depois trabalha a questão de inversão e inclusão. A primeira  
193 seria a discussão referente a suspensão da reunião ordinária do mês de janeiro. A segunda  
194 discussão e deliberação referente a disponibilidade dos trabalhadores para os órgãos do SES  
195 conforme a resolução 453 sem submissão administrativa ao setor de Recursos Humanos da  
196 SES- mesa diretora e assessoria jurídica. A terceira apresentação e discussão referente a

197 reflexão da decisão judicial de abrangência Nacional da ACP número  
198 5044874222013.4.4.7100 - Sisma-Ana Claudia . A quarta discussão e deliberação referente ao  
199 encaminhamento da mesa diretora que trata da resolução 02/2018 - Luceni Graci. A quinta  
200 discussão e deliberação referente ao funcionamento do SES/MT que se refere à competência  
201 do vice-presidente - Conselheira Ana Maroa Boabaid, art. 11 do regimento interno. A sexta a  
202 apresentação da prestação de contas do Fundo de equilíbrio fiscal aos conselheiros - Adjunto  
203 Florinda Lafaiete. A sétima apresentação discussão e deliberação referente aos instrumentos  
204 de gestão do SUS PTA 2016 2018 RAG 2016 a 2018 - mesa diretora. Dando sequência diz  
205 que irão começar pela exclusão e depois pela inclusão. **Márcio - Sisma** solicita a retirada do  
206 item 4.3, porque os técnicos do INSS solicitaram a retirada, ainda que para solicitarem  
207 posteriormente no próximo ano uma agenda com o SES, para ser discutido com as comissões  
208 também. **Presidente Ad Hoc:** concorda. **Lúcia Almeida:** Diz que a conselheira Luceni  
209 trataria da pauta 4.4 mas ela teve um compromisso fora e teve um problema com o vôlei e por  
210 conta disso não poderá apresentar a pauta 4.4. **Conselheiro Edevande:** Pede alteração de  
211 pauta, que a pauta 4.6 seja segundo ponto de pauta. **Lucia Almeida:** Diz que  
212 automaticamente essa pauta 4.7, que quem solicitou essa pauta foi a mesa diretora, uma  
213 sugestão da ouvidora Edna, em relação ao RAG, mas quem apresentaria ela seria a Luceni,  
214 então o pleno precisa se manifestar quanto a retirada de pauta. **Márcio Rios:** diz ter mais uma  
215 questão, que essa 4.5, a conselheira Ana Boabaid solicitou na mesa diretora mas não está  
216 presente. **Lúcia Almeida:** Diz que ela falou que irá atrasar, mas não pediu retirada de pauta,  
217 por isso informou no início. Que já foi feito as pautas que serão retiradas. Quanto as  
218 inscrições, Leila primeira inscrita. **Conselheira Daniela** pede questão de ordem. A  
219 **Secretária Executiva** continua a fala dizendo que a segunda escrita é a conselheira Daniela.  
220 **Conselheira Daniela** solicita a retirada da pauta 4.6 porque não há material para apreciação.  
221 **Conselheira Leila Melo:** solicita inclusão de pauta no sentido de pedir aprovação do pleno  
222 para inclusão na Comissão da 4ª Conferência de Saúde Mental do Conselheiro Otair como  
223 adjunto na comissão da Conferência de Saúde Mental. **Leila Melo:** reformula pedindo a  
224 inclusão na Conferência de Saúde Mental do Conselheiro Otair como adjunto. O **Presidente**  
225 **Ad Hoc** questiona se essa inclusão não pode ser feita dentro da comissão. Afirma, por fim,  
226 não ser necessário aprovação do pleno. **Leila Melo:** ressalta que o problema é que  
227 pouquíssimas pessoas estão participando. **Presidente Ad Hoc:** diz não haver problema, que a  
228 comissão que define. **Conselheiro Otair:** Diz ter dúvidas com relação a comissão ter  
229 permissão, autonomia para fazer essa inclusão sem conhecimento do Pleno, discutindo  
230 constituições de comissões, que quando vem para o pleno, que os nomes são elencados nessa  
231 comissão e a partir dos nomes colocados nessa comissão existe aprovação. **Presidente Ad**  
232 **Hoc:** Diz entender o que ele está falando. Que irá acatar esse entendimento, só quer dizer que  
233 não seja discutido, não agora. Coloca em regime de votação sobre a inclusão da pauta,  
234 quem concorda permaneça como está. Aprovado. **Daniela Federação dos hospitais**  
235 **filantrópicos:** Diz que gostaria de solicitar a retirada de pauta da 4.6 por que não recebi o  
236 material para apreciação antes de ter a discussão e deliberação aqui no pleno. **Presidente Ad**  
237 **Hoc:** Em regime de votação: quem aprova permaneça como está. Aprovado. **Edevande:**  
238 pede a alteração para segundo ponto de pauta a 4.6, devido que a comissão de planejamento e  
239 orçamento reuniu no conselho e fizeram vários encaminhamentos, 02 a respeito disso. Que  
240 tem a minuta da reunião que foi debatida. Na verdade é uma lei que não tem muita. E tem essa  
241 minuta lá que deliberaram na comissão de planejamento e orçamento. **Conselheira Daniela:**  
242 Pede questão de esclarecimento. **Presidente Ad Hoc:** o pleno votou e ficou decidido como  
243 retirada de pauta. **Conselheiro Edevande:** interrompe dizendo que acha que o pleno não  
244 entendeu, que queria informar que foi repassado dois repasses as filantrópicas dos municípios  
245 e a deliberação era pra ser feito a resolução amarrando essa informação e prestando contas

246 desse dinheiro aqui no pleno. **Presidente** rebate dizendo que a Secretária Executiva  
247 esclarecerá a fala do conselheiro. **Secretaria executiva:** em relação a essa pauta da reunião da  
248 comissão de orçamento que a gente agendou onde a Secretaria Florinda esteve presente, ela  
249 levou alguns relatórios onde foram apresentados para comissão, a comissão fez  
250 recomendações à secretaria executiva de solicitar alguns documentos da filantropia, da  
251 Prefeitura e de alguns municípios, que fizerem todos esses encaminhamentos. É um assunto. o  
252 que não foi encaminhado que a Conselheiro Daniele está dizendo é o resumo desse relatório  
253 que se os senhores quiserem confirmar o que eu tenho aqui em mãos são os relatórios com  
254 uma letra muito pequena, minúsculas, vários números onde vocês não conseguiriam  
255 identificar e nem entender o que significa se fosse tirado cópia, e é desse material que deveria  
256 ter sido apresentado aqui que ela está tratando que não recebeu. a gente do CES encaminhou  
257 memorando para o gabinete reforçando solicitando esse documento e a gente não recebeu no  
258 nosso e-mail, que não sabe se alguma falha na equipe Mas na secretaria executiva não chegou  
259 esse material para reportar aos conselheiros, para poder subsidiar reunião aqui no pleno por  
260 causa disso os senhores não tem esse material em mãos. **Conselheira Daniele:** só, o senhor  
261 presidente disse que primeiro trataria das questões de exclusões depois de alterações?  
262 Presidente diz que sim. **Conselheiro Edevande:** Os conselheiros ficaram quietos quando foi  
263 votado e essa pauta ficou prejudicada. Que sua preocupação enquanto coordenador da  
264 comissão de planejamento e orçamento, que na lei do FEEF ficou como responsabilidade do  
265 Conselho Estadual fiscalizar e controlar esses recursos que foram repassado. é um dinheiro  
266 considerável que vai passar para o Lions clube, filantrópicas, para atenção básica, e foi  
267 verificado que já foi repassado 2 meses e, por exemplo, assim que passa pela filantrópicas,  
268 não tem critério de prestação de contas. O proposta é que o conselhos de saúde acompanhem  
269 como vai ser controlado, como serão feitos os gastos com esse dinheiro e agente estaria  
270 pedindo para essas filantrópicas de Cuiabá e Rondonópolis prestar contas para o conselho  
271 estadual de saúde desses dois meses que teve repasse, que chamam de fundo de equilíbrio  
272 fiscal. Então essa é minha preocupação de deixarmos de anisar, vão pra 4 meses já, ficando  
273 sem prestação de contas. Passado dois meses, janeiro e fevereiro não terá reunião, ai lá pra  
274 março. Que com esses escândalos não quer se responsabilizar enquanto membro da comissão  
275 de planejamento e orçamento por não ter cobrado. **Presidente Ad Hoc:** o problema é que não  
276 tem como haver discussão por ausência de elementos básicos para os conselheiros  
277 visualizarem conselheiro, então permanece retirado de pauta. Informa que passará as  
278 discussões de pautas. Primeira pauta aqui trata da discussão e deliberação referente a  
279 suspensão da reunião ordinária do mês de janeiro. **Conselheira Daniela** pede questão de  
280 ordem, cobrando o momento de inclusões de pauta. Diz que gostaria de retomar a discussão  
281 para inclusão de pauta para comissão que foi extinta comissão de análise das contas da SES.  
282 Como último tópico. **Presidente Ad Hoc:** pede justificativa e rebate dizendo que a comissão  
283 foi extinta. A **conselheira Daniela** diz que foi extinta, mas que nada impede de ser retomada  
284 e ser reaberta. **Presidente Ad Hoc:** Diz não saber se os conselheiros lembram do que se trata  
285 essa pauta de inclusão da conselheira Daniel. Que votaram na última reunião, inclusive ele  
286 estava presente, a extinção da comissão que não existia, excluíram, teve um amplo debate  
287 aqui, a conselheira Elda estava presente, mas ela não conseguiu convencer o pleno que  
288 realmente existia aquela comissão que não passou pelo pleno. E o pleno votou e extinguiu  
289 esta comissão, então não tem como nem colocar em pauta.  
290 Diz que essa discussão é vaga porque nós já discutiram, já decidiram nesse pleno.  
291 **Conselheiro Márcio Rios:** O pleno decide pela inclusão ou não da pauta. Mas só quer  
292 colocar que a secretária-executiva está com as datas de quando foi criada a comissão, a  
293 comissão estava irregular porque não tinha membros e é uma comissão que estava executando  
294 a mesma função da comissão de planejamento e orçamento é por isso que o pleno decidiu pela

extinção, pois é um trabalho que pode ser feito pela comissão de planejamento e orçamento. Como pleno tem que cobrar só da comissão de planejamento e orçamento para que faça esse acompanhamento estipulando tempo para que esse trabalho chegue até o pleno para discussão. Porque senão vão criando comissões achando que não está funcionando pra fazer o trabalho dela e não irão conseguir avançar. **Conselheiro Francisco** pede questão de ordem dizendo que esta inscrito. **Presidente Ad Hoc:** confirma sua inscrição. **Carlos representante patologias:** Diz que na última reunião do pleno tiveram um amplo debate inclusive viu seu nome. O porquê da extinção. O seu nome estava ali presente e ele não tinha informação disso. tem gente sobrando do governo que queria mais a dona da comissão, ele considera como dona, porque não aceitou que se deliberou, não aceitou que foi votado. É aquela história não aceita que acabou, quer que seja aqui do jeito da maneira que queria, ela queria colocar o nome das pessoas que ela quisesse, essa brincadeira perderam 2:30 aqui, quando levaram as propostas as pessoas envolvidas, os atores que estavam envolvidos votaram a favor da extinção porque tinham três comissões com a mesma determinação, se tem gente sobrando para isso deve ser trabalhado nas outras. Porque ninguém quer trabalhar nas outras comissões porque todo mundo só quer trabalhar em comissão. Diz que está disposto a sair da comissão de comissão de normatização, vão pra lá trabalhar nela, mas não querem porque querem ser a estrela do jogo, quer que seu nome apareça, que foi ele que fez, quem criou, que estrelismo não gente, por favor, vamos respeitar, que nesse momento tinha que estar em uma audiência com um cliente, pedi a um colega para me substituir lá assunto grave, deixou para vir até aqui porque não achava justo quando viu isso aqui achou um absurdo, um desrespeito com sua pessoa um desrespeito a quem estava presente aqui que a pessoa saiu daqui batendo o pé e que não aceitava e que ia nos prejudicar. Ficou sabendo aqui que estão pedindo seus meus dados pessoais, questiona a quem cabe aqui saber da sua vida pessoal, isso é uma missão, que tem que respeitar porque se for para julgar sua vida pessoal aqui vai levar ao Ministério Público. Agradece. **Conselheiro Francisco –Femab:** Em relação, esteve na última reunião e só queria pedir uma explanação, mesmo essa comissão tendo sido extinta, ainda que não tenha sido por voto unânime, inclusive foi um dos que votou contra a extinção da referida comissão, então há algo que impeça de ser revista? **Conselheiro Orlando Sintep:** Primeiro pede perdão pelo atraso porque estão ainda cuidando de algumas questões burocráticas lá no SINTEP da perda dos colegas, companheira Jucilene e companheiro Júlio César, pelo falecimento muita coisa tem que ser resolvida e a gente fica sem chão né Mas como Tânia que é a nossa conselheira substituta no momento que ela estava aqui no velório roubaram a casa dela lá em Lucas do rio verde ela teve que se ausentar, então eu mesmo com uma certa dificuldade estou aqui até porque esse conselho alimenta agente de energia, eu sei do acolhimento dessa companheira da aqui, conselheiros e conselheiras. No regime democrático de direito, Francisco, no regime democrático de direito Francisco é isso que você disse a gente pode rever situações que por mais que ela seja nevrálgica a gente tem que rever situações eu não estive na última reunião, obvio que votaria a favor contra que fosse extinta a comissão, a questão da comissão talvez seja aquela questão de vício origem, porque é “A” ou “B”. Mas ela prestou o serviço, talvez dê um outro nome, mas ela teve um trabalho e prestou um serviço, por isso, concordo com o encaminhamento da conselheira Daniela de que a gente possa pautar e agente debater o até fazer em termos desse ponto de pauta. Ela tem sua relevância, teve um trabalho prestado, uma ferramenta de controle que a gente tem que extrair disso. Como o conselheiro Francisco colocou não foi unanimidade, não foi 100%. Então temos que rever o que da para aproveitar. Pra mim da para aproveitar muita coisa estou aqui reforçando a proposta da conselheira Daniela de que a gente pautar esse ponto de que foi extinta a comissão mas a gente pode rever se é uma comissão ampliada, uma comissão que vai auxiliar outra comissão, mas alguma coisa nesse sentido. agradece pela atenção. **Presidente Ad Hoc:** respondeu que foi

344 amplamente discutido aqui foi colocado em votação a conselheira estava aqui presente, eu  
345 estava aqui presidindo aquela sessão, foram 8 votos contra 2, então foi amplamente  
346 democrático. O conselho decidiu. O **conselheiro Francisco** pede pra ver a confirmação do  
347 quórum de votação, discordando do relatado pelo presidente. O **Presidente Ad Hoc:** diz que é  
348 um caminho muito perigoso, diz que a ela mandou uma proposta para a mesa diretora "por  
349 favor incluir a composição da comissão de análise de contas da SES que foi extinta  
350 indevidamente contrariando o regimento" nos precisamos levar então para comissão de ética,  
351 para estudar lá e contrapor no pleno. Então, na verdade assim, estamos fazendo com esse  
352 pleno aqui um brincadeira, hoje discute a coisa amanhã discute e vota outra. **Conselheiro**  
353 **Orlando:** Diz que tiveram um problema aqui que é de conhecimento público quando nós  
354 elegemos aqui a assessoria jurídica e a Assessoria Jurídica que na verdade se tomou posse não  
355 exerceu, não conseguiu auxiliar esse Pleno, inclusive o meu questionamento era, inclusive que  
356 tínhamos uma assessoria jurídica que assessora o secretário e não o conselho e talvez isso  
357 também foi algo que não nos auxiliou e continuamos com esse problema ainda. Por mais que  
358 tenhamos discutido por 02 h, 02h:30 mais com respeito a relação dessa deliberação o pedido  
359 da conselheira Daniela para ser pautando também é uma forma respeitosa eu não vejo  
360 problema nenhum, pode não passar mas que a gente então coloca em regime de votação se tá  
361 o pleno esclarecido, se pauta ou não esse item que foi solicitado. **Emanuel Tibaldi -**  
362 **representante da associação Mato Grosso.** Diz que concorda com a mesa quando ela diz  
363 que (...) pede licença ao Conselheiro. Diz que é por causa dessas interferências as discussões  
364 são prejudicadas, diz que concorda com a mesa quando ela diz que tem que ser levado esse  
365 caso primeiro para o conselho de ética tá porque o que foi o que foi discutido ali inclusive já  
366 nominando eu fui um dos que votei contra a extinção mas foi voto vencido porém como todos  
367 estão falando em regime democrático de direito penso eu que as acusações que foram feitas  
368 tem que ser levadas primeiro para o conselho de ética para ai sim discutir se a exclusão da  
369 comissão foi válida ou não. Porque o que estamos discutindo aqui são criações de comissões  
370 em cima de comissões, sendo que já tem a comissão permanente que pauta sobre isso, o meu  
371 questionamento no dia dessa votação turbulenta, que inclusive a conselheira faltou com  
372 respeito a mesa ao se discutir em alto e bom som, ela saiu batendo pé, se não concorda, senta  
373 e discute, agora fazer o papel que fizeram nessa assembleia e na outra seguinte lavando, vou  
374 falar o português claro, lavando roupa suja, dois conselheiros que atrapalharam o pleno todo,  
375 o bom andamento, então se nos estamos falando em regime democrático de direito o meu  
376 ponto de vista é que passe pela comissão de ética para apurar se houve alguma infração, para  
377 ai sim discutir se recria ou não. Agora o meu único questionamento com alguns  
378 questionamentos fora desse âmbito foi o porque o material, penso eu que uma vez extinta a  
379 comissão extingui com ela o material realizado. Nos poderíamos sim passar esse material da  
380 comissão para esta comissão permanente que hora vigora. Agora discutir se foi ou não valida  
381 a exclusão eu acho que não cabe a nos decidirmos. Por que se não vamos aquele retórica vista  
382 sim hoje ai na próxima assembleia vota não, vota sim...então vamos seguir o tramite  
383 administrativo correto, vamos jogar primeiro para o conselho de ética se não concorda como  
384 foi tramitado, e o que eu peço também é que não se esvazie esse pleno antes do termino que é  
385 previsto 4 horas, ou seja 18 horas. No momento acalorado daquela discussão, simplesmente a  
386 maioria dos conselheiros, a maioria que eu digo entre suplentes e titulares, foram esvaziando  
387 porque não tinha meios, mecanismos para fazer parar aquele bate boca que perdurou por duas  
388 assembleias. Então se vamos fazer, vamos fazer da maneira correta. Porque, assim, o que a  
389 comissão de reestruturação e normatização esta tentando fazer também é que esse pleno  
390 funcione na sua normalidade, que nos respeitemos as falas dos colegas, que respeitemos o  
391 tempo, o que é questão de ordem e o que não é. Conversas paralelas serem evitadas para que  
392 não prejudique uma votação e que esse pleno não se esvazie antes do tempo, porque se não

393 vai ficar sempre essa discussão de que é certo ou errado. Muito Obrigado. **Márcio Sisma:**  
394 Requer encaminhamento sobre esse assunto, apesar de a conselheira não estar presente,  
395 verifica não dar pra adiar, propõe que a comissão de ética chame a conselheira para explicar  
396 esses fatos, a questão de entrar em contato direto com a ouvidoria setorial, sendo que ela  
397 poderia pegar toda a documentação que quisesse dentro do conselho, a maneira como ela saiu  
398 da última reunião do pleno, foi de extremo mal gosto, de forma sarcástica, desrespeitando o  
399 pleno, e os conselheiros que votaram pela extinção, inclusive eu sou um do que votou pela  
400 extinção, cito o conselheiro Carlos que vem sendo pressionado o tempo todo com mensagens  
401 de textos, a gente aqui também, por ter votado pela extinção e mais essa solicitação de pauta  
402 onde fala que essa comissão foi extinta indevidamente pelo pleno. Então cabe uma discussão  
403 da conselheira com a comissão de ética para dirimir essa questão. **Presidente:** Questiona o  
404 pleno se colocará isso em pauta ou não. Diz em colocar em regime de votação no sentido de  
405 se inclui novamente esse pedido ou não. **Conselheiro Emanuel Tibalde:** Pede questão de  
406 ordem, por pensar que antes de se colocar em votação isso, embora não seja o momento de  
407 fazer encaminhamento, os encaminhamentos deveriam ser feitos primeiro pra depois discutir  
408 isso, pois se for fazer o encaminhamento destaca ter dois encaminhamentos, o primeiro que  
409 seja jogado este assunto para o conselho e ética e o segundo para que o material trabalhado  
410 nesta comissão que foi extinta seja encaminhado para a comissão permanente. **Presidente:**  
411 Pede para Conselheira formular novamente o que ela propôs. **Lúcia Almeida:** esclarece a  
412 proposta da Conselheira Daniela dizendo que a proposta é de encontro com a proposta que a  
413 Conselheira Elda passou, que o pleno compusesse novamente a comissão de análise que foi  
414 extinta indevidamente contrariando o pleno. De voltar a criar a comissão de análise que o  
415 pleno deliberou pela extinção, então quando a proposta da Conselheira Daniela estiver em  
416 votação quem votar favorável será para a volta da comissão, quem voltar contrário permanece  
417 o que foi deliberado na reunião passadas. Então a proposta é pela revogação ou não da decisão  
418 da reunião passada do pleno, em sendo revogado permanece a comissão, devendo ser  
419 recomposta. **Conselheira Daniela:** Diz que conforme foi dito anteriormente a proposta é para  
420 inclusão de pauta para retomar a comissão de análise das contas da SES, por ela ter um cunho  
421 diferente da comissão permanente de planejamento e orçamento, ela tem o objetivo de  
422 analisar contrato X, ver o que foi pago, que serviço foi prestado, notas atestadas, se  
423 corresponde ao serviço que foi executado para a Secretaria, ela tem uma finalidade mais  
424 detalhista mais objetiva de certas prestações de serviços, é isso que pretendemos com essa  
425 comissão, a outra comissão tem um rol mais ampliado, fiscaliza mais as ferramentas que a  
426 SES disponibiliza, não vai atrás de contratos X ou Y, mais o RAG, PTA e alguns outros que a  
427 SES encaminha para o conselho. Agradece. **Presidente:** Diz que na verdade tem três  
428 comissões que fala do mesmo assunto, contratualização, planejamento orçamento e finanças e  
429 a comissão especial temporária de avaliação de metas pactuadas nos contratos de gestão.  
430 **Conselheira Daniela:** Pede questão de esclarecimento, dizendo que a comissão de  
431 contratualização, a anterior chegou de participar, era específica dos contratos firmados entre  
432 alguns hospitais, podendo ser citado Poconé, Sinop, São Luiz de Cáceres e Santo Antônio de  
433 Sinop, dia que apenas esses tinham contratualização, e que atualmente só tem vigente a  
434 contratualização com o São Luiz de Cáceres, então ela é específica para esses prestadores.  
435 **Conselheiro Otair – Poder Executivo:** Diz que está ouvindo a fala de todos os conselheiros,  
436 que ficou muito atento a fala do conselheiro Orlando quando ele fala da importância do  
437 trabalho prestado pela comissão, mas em momento algum na reunião do pleno passada, foi  
438 questionado o trabalho feito pela comissão, o que causou espanto é que uma comissão que  
439 não foi constituída conforme diz o regimento interno desse Conselho, essa Comissão não  
440 constituída de forma legal, fez trabalhos em nome do CES sem existir, quando tomamos  
441 conhecimento disso e trouxemos essa discussão para o pleno foi dado uma oportunidade de

442 nomes que citaram em uma outra ATA que não foi decidida por esse pleno dela ser  
443 constituída, mas não conseguiu chegar em um acordo para todos. Por esse motivo pessoas que  
444 estavam citadas nessa comissão, cita o nome do Sr. Conselheiro Carlos, dizendo que ele  
445 apresentou proposta de extinção da comissão, porque foi entendido também na reunião  
446 passada que outras comissões estavam fazendo o mesmo trabalho. Diz que o que é de assustar  
447 enquanto conselheiro é que uma comissão que não foi constituída nesse pleno, diz não estar  
448 falando que o que o pleno decide não pode ser revisto, é muito mais grave, essa comissão  
449 avançou com situações em nome de CES, por esse motivo também naquele momento tiveram  
450 8 votos a favor da extinção e 2 contrários, e naquela oportunidade quem estava presente do  
451 começo ao final foi exaurida todas as oportunidades de fala, diz ser preocupante como  
452 Conselheiro há quase 60 dias e estudando o regimento dentro da comissão verifica que as  
453 coisas não avançam nesse conselho, cada um pensando no seu umbigo, diz que temos que  
454 entender que o CES não é um órgão externo e fiscalizador não, que os órgãos de controle  
455 estão lá fora, diz ficar atento a fala de cada conselheiro, entender e concordar com a fala do  
456 Conselheiro Francisco, que aquilo que se discute pode ser revisto democraticamente, no  
457 entanto a democracia também tem que atentar para aquilo que começa na realidade, diz que se  
458 preocupa com o CES ainda que seja do Governo, cito o Márcio na reunião passada ao seu  
459 lado trocando figurinhas para pensar em um conselho forte. Diz que se for retomar essa  
460 discussão, irá parar todas as pautas e voltar de novo a discutir essa comissão, finaliza dizendo  
461 que pra ele não tem sentido. **Presidente:** Coloca em votação quem concorda que retome essa  
462 discussão da comissão de análise de contas se manifeste levantando o braço. 05. quem não  
463 concorda da mesma forma levanta o braço 10. 02 abstenções. **Pauta 4.1 – Discussão e**  
464 **deliberação referente a suspensão da reunião ordinária do mês de janeiro – Mesa**  
465 **Diretora. Lúcia Almeida:** Conselheiros, sobre essa pauta a Conselheira Ana Boabaid da  
466 mesa diretora, a discussão dessa pauta foi feita pela mesa diretora, estão presentes aqui márcio  
467 rios, Carlos, Ana Francisca não me recordo se estava presente na reunião, o que acontece é  
468 que todos os anos no mês de janeiro não acontece a reunião ordinária porque normalmente  
469 não tem quórum, os conselheiros estão de férias, vários conselheiros aqui são bastante tempo  
470 já sabe que todo mês de janeiro agendávamos a reunião em janeiro como de costume e não  
471 dava quórum, por isso o pleno aderiu de não realizar no mês de janeiro conforme conselho  
472 nacional, mas como o regimento diz ordinariamente, cabe ao pleno deliberar, porque o  
473 Regimento Interno diz que a plenária pode suspender. A proposta é se o pleno concorda em  
474 não realizar a reunião ordinária no mês de janeiro. **Conselheiro Orlando Sintep:** Diz não  
475 estar com o regimento, mas que o regimento não impossibilita caso seja necessário convocar  
476 reunião extraordinária. O fato de não ter uma reunião ordinária no mês de janeiro se o  
477 regimento possibilita convocar uma reunião extraordinária no mês de janeiro, exemplificando  
478 que se o governo chama para tratar alguma questão da saúde os conselheiros não podem  
479 omitir, diz que a pauta que esta colocada é relevante de não ter a reunião ordinária, mas se  
480 caso houver impedimento a uma reunião extraordinária seu voto será contrário. **Presidente**  
481 **diz não haver impedimento. Informa que a comissão de transição do governo já reunião**  
482 **também com o CES e alguns conselheiros, mas não impede, se o governo convocar uma**  
483 **reunião, chamar um extraordinária. EM REGIME DE VOTAÇÃO: Conselheiros que**  
484 **concordam com a suspensão permaneçam...Conselheiro Orlando do SINTEP pede**  
485 **questão de ordem dizendo que tem dúvida referente ao que diz o regimento no §2º, realiza a**  
486 **leitura e questiona se não tem haver com a reunião ordinária. Presidente diz que não, que**  
487 **trata da extraordinária. Ressaltando que as comissões continuarão trabalhando, só a reunião**  
488 **ordinária de janeiro que não acontecerá. REGIME DE VOTAÇÃO: Aqueles que**  
489 **concordam com a suspensão manifestem levantando o braço. (13) Aqueles que não**  
490 **concordam. (nenhum) Que abstem (03). Discussão e deliberação referente a disponibilidade**

491 dos trabalhadores para os órgãos do SES conforme Resolução 453 CNS, sem submissão  
492 administrativa ao setor de RH do SES – Mesa Diretora. **Presidente** solicita que se discutam a  
493 pauta da Conselheira Leila, até que a Conselheira Ana Maria Boabaid chegue. **Lúcia almeida**  
494 explica que a pauta da Conselheira Leila é a inclusão do Conselheiro Otair Rodrigues como  
495 coordenador adjunto da Comissão organizadora da 4ª Conferência Estadual de Saúde Mental.  
496 Lembra, ainda, que estão presentes Cassia Palos, Leila Melo Carlos Pereira, trabalhador era  
497 Conselheira Edna Marlene que passou a ser Ouvidora e tem uma vaga de usuário em vacância  
498 também. **Conselheira Leila:** Diz que espera essa confirmação, aprovação do pleno para  
499 inclusão do Conselheiro Otair, que está composta a comissão dessa forma, que a Conselheira  
500 Zeni saiu.

501 **Conselheira Daniele** pede questão de esclarecimento, no sentido de saber se a essa  
502 Conferência de Saúde Mental foi puxada pelo Conselho Nacional de Saúde. Conselheira Leila  
503 esclarece dizendo que essa comissão desde o ano passado foi passado pelo conselho, foi  
504 aprovado de que seria realizada e está inclusa no PTA, e acha que no mês de março esse pleno  
505 decidiu pela realização dessa conferência. **Conselheira Daniela:** Questiona se o Conselho  
506 Estadual irá puxar com os Conselhos Municipais se já deliberaram sobre isso. Informa que  
507 participa do Conselho Municipal de Cuiabá e lá não foi deliberado, uma vez que o Conselho  
508 Nacional não está puxando ficou definido que seria um trabalho dentro da Conferência  
509 Municipal que seria Realizado. **Conselheira Leila** diz que com alguns Municípios, que  
510 Primavera do Leste irão fazer a Conferência de Saúde Mental, assim como Pedra Petra.  
511 **Conselheiro Otair Rodrigues – Governo** pede questão de ordem, diz que todos  
512 questionamento que a Conselheira Daniela está fazendo para Conselheira Leila entende que  
513 não cabe nesse momento essa discussão porque já teve discussão anterior e existe uma  
514 comissão. Só quero justificar para os conselheiros por qual motivo me apresentei para somar  
515 com a comissão, se vai ser realizada a Conferência ou não, no momento não cabe essa  
516 discussão, pela falta de pessoas (...) diz que se colocou a disposição para acrescentar na  
517 comissão em função da dificuldade que ela estava em ter pessoas para discutir o assunto.  
518 Como o assunto me chamou atenção o assunto diz ter se incluído para solicitar que  
519 participasse, que em razão disso fez aquela fala no começo de trazer a aprovação do pleno ou  
520 não porque entende pelo regimento interno que toda comissão ela precisa ser aprovada no  
521 pleno do conselho, por isso foi a preocupação de trazer meu nome para compor a comissão  
522 para aprovação do pleno. Agradece. **Presidente:** Diz que a Comissão Organizadora da 4º  
523 Conferencia de Saúde Mental tem 2 vagas, trabalhador e usuários, governo já é a Cassia  
524 Palos, usuários Leila Melo e Carlos Pereira. **Conselheira Cássia Palos:** (...) diz que sua  
525 intenção é sair da comissão porque eles da UFMT são contrários a realização dessa  
526 conferencia sem que haja o chamamento da Conferência Nacional de Saúde Mental. Diz achar  
527 não ser o momento adequado, antes da Conferência Nacional de Saúde. Ocorrerá a  
528 Conferência Estadual de Saúde e acha que irá mobilizar muito os esforços de todos, e nesse  
529 momento acha inviável realizar uma Conferência Estadual. Aproveitando a oportunidade, diz  
530 ter ido a Brasília essa semana à convite do Conselho Nacional de Saúde, para fazer o  
531 chamamento para as Universidade Federais para comporem com os Conselhos Estaduais para  
532 mobilizar todos os esforços para realização da Conferência Nacional de Saúde. Até mandei  
533 um e-mail para o Conselho chamando uma reunião para fazer um acordo de cooperação para  
534 mobilizar. Diz que nesse momento seria (...) Diz que só está explicando porque está retirando  
535 o nome da comissão, por achar que não terão folego para realizar uma conferência de saúde  
536 mental ao mesmo tempo que terá que discutir, organizar a conferencia nacional. **Conselheira**  
537 **Leila Melo:** Faz uma colocação de que por onde vai no Estado de Mato Grosso, existem  
538 Municípios dizendo que estão com tudo preparado para realizar a conferencia de saúde  
539 mental, mas que é tanto problema que surge, uma coisa aqui e outra ali. Que inclusive o

540 pessoal de primavera do leste estão dispostos a vir ajudar. Presidente diz não ser a discussão  
541 em pauta. **Conselheiro Francisco:** Pedi questão de ordem, nas duas ultimas reuniões eu  
542 pensei que tivesse ficado decidido o que a UFMT falou que a Conferência de Saúde mental  
543 entraria como eixo na Conferencia Estadual de Saúde e não com Conferencia de Saúde  
544 Mental. **Conselheira Leila** diz que não foi nem aberto esse espaço que quando ela falou  
545 criou-se uma discussão, um desrespeito total quanto ela estava falando. Diz que foi falado que  
546 seria feito pré-conferencias de saúde mental, que não é um eixo que terá dentro da conferencia  
547 nacional de saúde. Questiona como será discutido a questão se não for discutido previamente  
548 a conferencia de saúde mental aqui. **Presidente** diz que a discussão sobre essa vaga, que  
549 entende que o pleno terá que discutir e trazer um plano de trabalho, com data com tudo, pois  
550 uns fala que foi deliberado de tal forma e outros de tal forma, em seu entendimento era que  
551 seria feito com junto com a Conferência Estadual de Saúde. **Conselheira Leila Melo** diz ser  
552 isso, mas que é necessário fazer pelo menos um prévia com os municípios. Presidente: Diz  
553 que a conselheira abre mão da vaga- segmento governo e o Conselheiro Otair assumiria essa  
554 vaga. **EM REGIME DE VOTAÇÃO AQUELES QUE CONCORDAM COM A**  
555 **CONSELHEIRA MEMBRA DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 4ª**  
556 **CONFERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL.** **Lúcia Almeida** pede a fala esclarecendo que  
557 proposta da Conselheira Leila era a inclusão do Conselheiro Otair como Adjunto. Diz que no  
558 momento houve essa discrepância porque ele é segmento governo e já havia segmento de  
559 governo, mas mudou-se a discussão porque a conselheira Cassia Palos abriu mão de ser  
560 componente dessa comissão, então sugere-se que o Conselheiro Otair componha essa  
561 comissão. Esclarece que todas as reuniões de conferencia são compostas no pleno a comissão  
562 organizadora, a comissão organizadora que convida outros para criar as subcomissões, dentro  
563 da comissão eles discutem coordenador e coordenador adjunto, após definir na comissão traz  
564 para o pleno para homologar. Esclarece que nunca foi discutido no pleno quem será  
565 coordenador quem será coordenador adjunto. Diz que até para não causar problema posterior,  
566 esta faltando um segmento usuários que poderia ser preenchido para acabar com o problema  
567 de quórum, seria a aprovação do Conselheiro Otair como membro representante do governo e  
568 a comissão se reuniria para definir o coordenador adjunto dentro da comissão. Diz quer  
569 poderia aproveitar para inserir membro do segmento trabalhador e segmento usuário.  
570 **Conselheira Leila Melo:** Explica que teve um momento que foi até solicitado para uma  
571 técnica da Secretaria que estiver comigo na coordenação adjunta, mas ela falou que não podia  
572 pela alteração do governo, que convidou o representante indígena, Sr. Osmar, que veio em  
573 uma reunião, mas que devido aos compromissos, não sabe, não compareceu mais nas reunião,  
574 que está um pouco cansada porque convida um, convida outro, uns saindo. Diz que havia um  
575 grande interesse pelo Otair, é uma pessoa bastante compromissado. **Presidente** diz que isso já  
576 está esclarecido que o que precisa é compor comissão com um representante de usuários,  
577 trabalhador, para encerrar o assunto. Pede que o Conselheiro Valter entre na Comissão, cita o  
578 nome do Conselheiro Edevande. Por fim pede que a Conselheira Leila convença um  
579 trabalhador a ficar. **EM REGIME DE VOTAÇÃO PARA COMPOR A COMISSÃO**  
580 **ORGANIZADOR DA 4ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL O CONSELHEIRO**  
581 **OTAIR. Quem aprova manifesta levantando os braços (12). Abstenção (4). Contrários**  
582 **(nenhum). 12 favoráveis, 4 abstenções, nenhum contrário.**  
583 O **presidente** informa que as próximas pautas são da Conselheira Ana Boabaid que não está  
584 presente. Conselheiros questionam quem são os membros da mesa diretora. O **Presidente** diz  
585 que a Pauta 4.2 é da Mesa Diretora e estão presentes Carlos Pereira e Marcio Rios.  
586 **Conselheiro Márcio Rios – SISMA** diz que mesa diretora solicitou essa pauta devido à  
587 dificuldade de executa o trabalho dentro da Secretaria Executiva e Ouvidoria, porque tem  
588 muita demanda fora, os técnicos tem uma dificuldade muito grande de quando sai para

589 retornar. Diz que a Secretaria está sem carro, a grande maioria das vezes é feito trabalho com  
590 carro próprio, os técnicos tem sido prejudicado com relação ao ponto, diz que secretária  
591 executiva pode esclarecer o fato de servidores que tiverem 10, 15 faltas, mesmo estando em  
592 viagem. Propõe que se faça uma resolução para que se garanta autonomia administrativa dos  
593 servidores do CES – Secretaria Geral e Ouvidoria- para trabalharem, para que o próprio  
594 gestor tenha autonomia administrativa de gestão por lei e se responsabilize pela frequência  
595 desses servidores junto a SES, já que o CES é um órgão de deliberação e principal Órgão do  
596 Sistema Único de Saúde. **Conselheiro Carlos Pereira representante patologias:** Diz que  
597 diante do que o Márcio falou temos enfrentado dificuldade muito grande com motoristas,  
598 técnicos e ouvidor que tem que bater ponto e não tem código para justificar esse trabalho.  
599 Pede para imaginarem o pessoas que está em viagem quando chega final do mês que vai  
600 receber cortaram dele 15 dias, 16 dias, o salário já não é muito alto, ai cobra metade sobra  
601 menos, as pessoas ficam contrariadas de estarem trabalhando e serem tratadas como  
602 irresponsáveis como se não tivesse justificando o trabalho deles. Solicita que seja criada uma  
603 resolução para que não tenha que prestar contar ao RH e sim que a própria Secretária  
604 Executiva que se responsabilize porque sabe onde o funcionário está, o que esta fazendo,  
605 porque tem dias que saem e passam 3, 4 5 dias fora, eu não tenho que prestar conta disso,  
606 mas o motorista, a ouvidora, os técnicos que as vezes estão lá trabalhando e quando chega não  
607 tem como justificar a diária deles. Pede que seja criado e que votem a favor para que essa  
608 resolução venha no momento certo, nos temos que mudar a maneira de ver como os colegas  
609 estão trabalhando, o bem estar geral. Diz que tiveram uma viagem que motorista se negou a  
610 viajar porque não tinha dinheiro pra pagar suas contas. **Conselheiro Márcio Rios** esclarece  
611 ao pleno que que esta na Resolução 453 de 10 de maio de 2003 do CNS, quanto a estrutura e  
612 funcionamento do Governos, na Quarta Diretriz, que “as três esferas de Governo garantirão  
613 autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação  
614 orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária  
615 infraestrutura e apoio técnico: I - cabe ao Conselho de Saúde deliberar em relação à sua  
616 estrutura administrativa e o quadro de pessoal” diz que é isso que estão solicitando.  
617 **Presidente** passa a palavra à Conselheira Edna: **A ouvidora** dá boa tarde a todos, e diz que na  
618 verdade é explicar o trabalho diferenciado, a ouvidoria começa o funcionamento a partir das  
619 07 horas, as vezes já tem paciente, que horário de almoço dificilmente tem, que não tem um  
620 momento de descanso porque as vezes chega paciente e acaba por atender porque não podem  
621 ficar esperando. Diz que são poucos funcionários, que quando tinha mais funcionários era  
622 possível fazer um trabalho mais humanizado. Hoje funcionários trabalham muito, em excesso  
623 para dar conta do mínimo e assim mesmo precisamos de alcançar inúmeras metas, temos  
624 muitas ações no PTA, muitas ações fora da SES, de visitas à unidades, visitas domiciliares, de  
625 reuniões, de muita situações, diz que hoje, por exemplo, estarão aqui na reunião do conselho e  
626 pode haver falta. Sempre está tendo falta e tendo que justificar. Na verdade todo mundo fica  
627 com justificativa e parece que tem algum problema. Outros até esquecem que tem que bater  
628 ponto. Diz ser uma situação muito difícil porque tem muitas reuniões, é um setor diferenciado  
629 por conta disso, porque é um trabalho itinerante em todos os lugares, diz que teve momentos  
630 que foram dispensados do ponto, não da frequência porque tem que prestar certinho, na  
631 responsabilidade do gestor, fora os problemas do ponto que às vezes dificultada a batida para  
632 todos os Servidores da SES. Tem colegas que tenta bater não dá certo e acaba indo embora  
633 ficando com falta. **Lúcia Almeida** diz que essa questão veio para discussão porque já foi feito  
634 desta maneira em que os servidores do CES não precisavam registrar o ponto no relógio por  
635 causa da especificidade dos trabalhos externos e da necessidade de se ausentar da secretaria, o

636 que não diz que não tem que ser feito a folha de frequência, pois sempre foi feito e  
637 apresentado quando tem atestado, justificativas, como tudo mundo, mas era feito  
638 manualmente. Porque quando havia no ponto biométrico e não registrava tem uns códigos, foi  
639 feito, por exemplo, um portaria parece que em marco de 2018, que reduziu os códigos, por  
640 exemplo de reuniões e uns limitou para três vezes então se houver mais justificativas não  
641 aceita justificar, então era feito manualmente, não era no ponto. Diz que foi encaminhado  
642 para o RH como sempre fizemos a frequência com todas as justificativas, informando quem  
643 estava em viagem, informando quem estava de atestado, reuniões, porém nossos colegas, o  
644 motorista, por exemplo, teve 20 dias de falta cortado do ponto dele, sem comunicação previa  
645 a sec. Executiva e ao trabalhador, os demais colegas presentes, a maioria tiveram mais de 6  
646 faltas, foi lançada a justificativa o RH não considerou as justificativas, não devolveu dizendo  
647 que estava desconsiderando e cortou o ponto deles de 4 meses seguidos e o trabalhados ficou  
648 sem o salário e todo mundo veio questioná-la, assim como a ouvidora achando que não tinha  
649 sido enviada a frequência deles, foi conversado com Secretário de Saúde que mandou  
650 documento para o RH resolver, mas os trabalhadores ficaram o mês inteiro sem seus recursos.  
651 Diz que ao participarem de outra reunião ordinária tiveram falta lançada, pessoas que estavam  
652 em viagem ficaram com falta, a área técnica, todos que estavam em viagem ficaram com  
653 falta, diz que ela e a ouvidora Edna não ficaram com falta porque não estavam em viagem  
654 naquele período, sendo que todas essas faltas foram justificadas no ponto. Relata ter sido  
655 estranho o desconto integral no ultimo mês quando começaram a mandar documentos dizendo  
656 que os trabalhadores do CES eram obrigados a bater o ponto, que com medo de penalidade,  
657 todos do setor registrou frequência, mas o ponto apresentava problemas, o trabalhador  
658 registrava o ponto e mesmo assim colocavam falta, porque registrou de manhã e a tarde não  
659 registrou porque estava em reunião externa. Relata que o sistema eletrônico de ponto apresenta  
660 problemas, que já houve problemas desse tipo há anos atrás e que o pleno decidiu por  
661 ficarem isentos do ponto mandando manualmente, sendo que agora foi exigido o controle de  
662 frequência mediante sistema eletrônico novamente resultando no prejuízo aos colegas  
663 relatado. Por considerar que o CES é um Órgão e não um setor da SES, porque nesse caso  
664 devolvem o processo e ressarcem os trabalhadores, o que não aconteceu com os trabalhadores  
665 do CES, parece que há um problema de perseguição só com os trabalhadores da CES, porque  
666 dos outros setores foi aberta a folha e corrigindo, por cota disso a mesa diretora por presenciar  
667 isso, uma vez que viram trabalhadores irritados por corte no salário, como o motorista  
668 Pimenta, acharam que deveria ser discutido pelo pleno, inclusive a supervisora do RH disse  
669 que o pleno poderia deliberar por ser feito novamente manualmente por conta do grande  
670 número de justificativas, trabalhos externos. **Conselheira Siriana** representante da Secretaria  
671 Estadual de Saúde. Faz esclarecimentos no sentido de que como representante de governo tem  
672 um impeditivo, não pode responder compromissos que irão impactar financeiramente ou  
673 ações da próxima gestão, diz que irá chegar em um ponto aqui que ira ser encaminhado a  
674 consenso e os representantes do governo não poderão opinar junto com os demais  
675 conselheiros, apesar de entender todas a peculiaridade de trabalho dos servidores do CES, diz  
676 ser conselheira ha 5 anos, e que sabe que fazem os extras e não são reconhecidos, umas vez  
677 que já saíram daqui 20 horas da noite, conferência virava e virava e ninguém nunca pautou  
678 por isso. Destaca que a gestão de pessoas também esta cumprindo a legislação que é posta,  
679 que na pasta que esta responsável, esse mês, teve que fazer justificativa de 39 servidores,  
680 também esta passando por esses problemas, que não há que se adentrar aqui na discussão da  
681 legalidade, mas que faz esses esclarecimentos para os conselheiros, que caso caminhe agora

682 para o consenso os representantes do governo ficarão impedidos de colaborar com os  
683 conselheiros mesmo entendendo o que estão passando, que como gestores também estão  
684 passando com os servidores que são responsáveis lá. **Conselheira Daniele – Federação dos**  
685 **Hospitais Filantrópicos:** diz pensar que esse assunto deveria primeiramente ser remetido  
686 para uma comissão interna do Conselho, RH, Orçamento, porque irá mexer com muita coisa  
687 técnica, talvez chamar a nova gestão para tentar encontrar uma maneira mais viável, diz se  
688 assustar dar um resolução que possa abonar 100% de faltas, diz crer que deve ter outros  
689 instrumentos como relatórios de viagens entre outras coisas para estar abonando essas faltas  
690 ou justificando essas ausências em algum horário, diz não se sentir confortável, dessa  
691 maneira, aprovar uma resolução que dá 100% de abono ou que possa justificar, diz pensa que  
692 deve haver outras maneiras, que seu encaminhamento é pautar para uma comissão interna.  
693 **Conselheiro Orlando – SINTEP:** Diz estar com dificuldade de concentração por estar  
694 recebendo mensagem ainda pela dor dos companheiros que perdeu. Disse que tentará  
695 contribuir, que a LOAS de 2018 já foi aprovada desde de 2015 no PTA e esta contido salário,  
696 inclusive os 13.33 que significa salários, 13ª, que era pra pagar e não pagou de algumas  
697 categorias, e 1/3 de férias, que embora seja pago janeiro e fevereiro, que seria os dois meses  
698 subsequentes do ano e exercício, mas na LOA já está contido esses recursos, então diz que  
699 isso deve ter para pagar, que se não foi planejado é outro departamento. Que a outra questão  
700 que em parte a Conselheira Daniela o contemplou, diz pensar que a Lei, querendo dialogar  
701 com o Conselheiro Carlos que propôs a resolução, que se não esta sendo cumprida a Lei  
702 1.141, que fala que o Conselho, o Márcio também me contemplou quando fala na autonomia  
703 do pleno, a lei expressa que o pleno é uma peça, a ouvidoria é uma peça, e a secretaria  
704 executiva é uma peça, como também é um peça a assessoria contábil, a assessoria de  
705 comunicação é uma peça e a assessoria jurídica é um peça, o que pode é chamado de  
706 Conselho Estadual de Saúde, é um corpo, não pode ser, só ouvidoria, Conselho, assessoria,  
707 não, é um corpo, Adianta que a assessoria de comunicação e contábil com pouco tempo eles  
708 incorporaram nessa lógica dizer que esta no apagar das luzes dessa gestão mas é perigoso, diz  
709 já ter dialogado isso com Edevande, é perigoso essa situação ser acolhida pela Secretaria  
710 Executiva em termos de responsabilidade já que o CES não está tendo orçamento próprio  
711 para administrar todas essa situação, diz ser muito perigoso, em todos os aspectos, se é a  
712 Secretaria Executiva que deve dar resposta tanto política das viagens, da logísticas das viagens  
713 como dos recursos, das diárias e faltas, isso é um complicador porque se o CES tem  
714 orçamento próprio, que a lei determina isso, diz que quando fala CES fala nas peças que citou,  
715 pleno, ouvidoria, Secretaria Executiva e assessorias, se esse recurso não esta sendo próprio  
716 para ter governabilidade sobre ele, é perigoso remeter essa responsabilidade. Diz não querer  
717 ter essa responsabilidade. Diz que não deve ser feita resolução, que deve ser buscado  
718 esclarecimento sobre isso, cobrar que isso não seja prejuízo para esses trabalhadores, que a  
719 próxima gestão reveja isso a partir de 1º de janeiro naquilo que é orçamento de 2019,  
720 cumprindo o que esta no orçamento de 2018, levando em consideração o que a Lei expressa.  
721 Destaca ser essa sua proposta. **Conselheiro Otair Rodrigues Poder Executivo,** diz também  
722 ficar contemplado com a fala da Daniela, mas que ficou confuso com a questão do orçamento  
723 citada pelo Conselheiro Orlando, mas que para retomar as peças que ele cita dentro do CES,  
724 que por estar muito vivo em sua cabeça, por conta da discussão na Comissão, lá no art. 03º,  
725 que diz que o CES, que ele chamou de compartimentos na nossa reunião interna, que é  
726 conselho pleno, secretaria geral, ouvidoria geral e comissões especiais, diz ter entendido a  
727 preocupação do Conselheiro Marcio com relação a frequências e registros de pontos de

728 servidores que estão servindo ao CES de estarem sendo prejudicados por um controle, que se  
729 permite chamar de ineficiente por parte de gestão de pessoas da SES, diz que aquela situação  
730 de trazer o controle de registro de ponto e frequência dos servidores do CES e focar essa  
731 situação em cima da Secretaria Executiva do CES para que ela faça um diálogo mais eficiente  
732 com a gestão de pessoas da SES, pensa ser o melhor caminho, diz ser inadmissível uma  
733 pessoa que esta ausente e recebe um diária ter o salario prejudicado, diz ser inadmissível bater  
734 o ponto de entrada e na saída para uma oficina ou trabalho do CES, e no final do dia não ter  
735 seu ponto contemplado, diz ser o interno que não funciona, que entende que quando leva o  
736 registro de frequência e ponto dos técnicos do CES para a Secretária Executiva e ela faz  
737 ponte com o interno da SES, parece resolver o problema. Ressalta que a Siriana foi feliz ao  
738 dizer que é difícil para enquanto governo, considerando esse final de governo Pedro Taques,  
739 assumir um compromisso de governo diante desse Conselho, sem saber o que a nova gestão  
740 vai pensar em relação a isso, Que o que não pode abrir mão enquanto membros do CES é que  
741 a legislação aconteça de fato. Um servidor não poder ser prejudicado por fatos desse sentido.  
742 A proposta é essa que o controle de ponto dos servidores do CES seja realizado pela  
743 Secretária Executiva, mas não a Secretaria Executiva na responsabilidade de traduzir aquilo  
744 que tange a orçamento, se trabalhou a mais ou a menos, na verdade deve fazer a ponte com a  
745 gestão de pessoas. **Conselheiro Márcio** destaca questão de esclarecimento para a Conselheira  
746 Daniela que a mesa diretora não solicitou abono de ponto não, mas uma flexibilização para  
747 que os gestores das unidades, tanto ouvidora quanto Secretária Executiva fiquem responsáveis  
748 por essa gestão, não que não será prestado contas a Secretaria, mas uma resolução que solicite  
749 isso, porque há uma dificuldade no setor de RH da Secretaria em aceitar algumas situações,  
750 por exemplo, código 30 que é usado para reuniões e visitas técnicas, existem pessoas na  
751 ouvidoria que fazem muito esse trabalho e as vezes tem 15, 18 dias com esse código e é  
752 questionado, diz que quem esta indo visitar paciente que esta acamada para auxiliar e  
753 encaminhar o processo tem que participar de reuniões fora ir atrás de medicamento e tudo  
754 mais, justifica que é mais ara que haja uma capacidade de administrar essa questão mas não  
755 que seria justificativa, porque a questão não é abonar ponto de ninguém, até porque esse  
756 controle deve ser feito. **Conselheiro Osmar representante indígena** diz querer  
757 complementar o que foi dito pelo companheiro. Entende que o governo que entrar deve estar  
758 ciente que trabalhamos em cima de uma resolução, cita Resolução 453, que a norma deve ser  
759 cumprida, o serviço que é prestado é de relevância pública, deveria ter esse parâmetro para  
760 fazer esse serviço. Reforça a questão do orçamento, que o CES deve ter autonomia e  
761 conhecimento para fazer planejamento. A proposta é de ser fortalecido o vínculo de trabalho  
762 do CES por meio da Resolução. **Conselheiro Carlos** diz estar chamando a atenção dos  
763 colegas para entenderem que a discussão não é no sentido de abonar ponto, que não cabe a  
764 Secretaria fazer pagamento a ninguém, que está sendo falado de recursos humanos e que  
765 muitas das vezes estão fora da SES, em viagem, questiona a Edna estando no Pronto Socorro  
766 deve sair para bater ponto. Em compensação quando chegam 19 horas para bater ponto estava  
767 trabalhando. Muitas vezes já vai direto para atender cliente sem bater ponto. Diz que se  
768 encontrou com o Mario, presidente Ad Hoc, que ficou feliz com o caso de uma criança,  
769 questiona o que o Mário estaria fazendo de manhã no fórum de Várzea grande, diz que é  
770 ouvidor, que foi convocado, que ainda andaram no carro dele, levando e trazendo paciente,  
771 levando na regulação, que ainda descobriram onde ficava a regulação de uma UTI, muita das  
772 vezes as pessoas não sabem disse, simplesmente acha que ser conselheiro é a coisa mais lindo  
773 do mundo, realmente é, porque é feito o trabalho com elegância, com respeito, mas existe

774 muita dificuldade. Diz que quando fala às pessoas que passa semana sem ir na associação, que  
775 tem quem o represente, mas que não precisa bater ponto. Questiona que se fosse funcionário  
776 como realizaria esse exercício. Diz acreditar que vários dos servidores tem esses problemas, a  
777 questão do Chagas, por exemplo, que se tiver problema corre o risco de não vir participar  
778 mais. Diz que a proposta é que tenha autonomia administrativa, que conhece e sabe quem está  
779 trabalha. Cita a Ouvidora Edna que também conhece a realidade de seus servidores. Destaca  
780 que se continuar assim sempre vai haver problemas, que não tem condições os cortes de  
781 pontos, conforme ocorreu com o Pimento que teve 16 dias cortado do seu ponto, tanto é que  
782 precisava ir para Pedra Petra e ele decidiu não ir porque não estava recebendo diárias e seu  
783 salário cortaram a metade. **Presidente** diz ser de extrema felicidade quando consegue. Que  
784 recebeu um telefonema da criança que foi operada em ribeirão preto e já está em Juína, que  
785 nesta data está com 35 dias, foi operada, vencedora, graças a Deus. **Conselheiro Orlando**  
786 esclarece sobre a dúvida referente ao orçamento, que quando a Conselheira Siriana fala das  
787 dificuldades de despesas, de compromissos, que é nesse sentido, que o que está orçado para  
788 2018 não são novas despesa, que por isso colocou a questão de orçamento, que o orçamento a  
789 LOA os recurso de 2018 não podem ficar como restos a pagar como sempre ficou, trazendo  
790 problemas ao conselho. Diz, ainda, que continua vendo a questão como perigosa essa  
791 responsabilidade direta à Secretária Executiva, que da leitura da fala da Daniela entende que  
792 deve ter mecanismos para cruzar as informações do deslocamento desse pessoal para não ter  
793 esse prejuízo, porque o CES não tem o orçamento em mãos, a governabilidade, diz que não  
794 irá detalhar, mas que irá ter o momento, por exemplo a ouvidoria Edna deve ter um telefone  
795 que seja 24horas para o usuário ligar e ser ouvido. Se tem muita gente procurando o conselho  
796 pessoalmente é porque o telefone não está tendo o retorno necessário, diz não estar apontando  
797 culpa, mas que talvez a prioridade seria um telefone, se não 24 horas, mas num período que o  
798 paciente ligue e seja ouvido, porque não sendo ouvido acaba procurando a ouvidoria, diz que  
799 inclusive tem cobrado isso na sua Entidade, facilitando o atendimento, que essa é uma das  
800 prioridades que pode ser determinada. Que se está na Lei o orçamento, alias superior à lei  
801 8142 e resolução 453 a lei 141 expressa que temos que exigir e deliberar com orçamento  
802 próprio. O **Presidente** reafirma o que foi dito pelo Conselheiro Orlando, dizendo quanto à  
803 questão do telefone, que sabe do que se trata, como fazer, mas que não há atendimento pelos  
804 gestores, diz que está tendo a oportunidade de encerrar a carreira na ouvidoria, que sabe o  
805 quanto o pessoal lá trabalha e o quanto é solicitado estrutura para os gestores e como os  
806 gestores viram as costas, diz que foi feito reunião com a equipe de transição e uma de suas  
807 reclamações foi mostrado a cadeira que estava sentado que estava caindo e que quando  
808 chegou de volta ao CES alguém disse pra tomar cuidado que a cadeira pode derrubar, que se  
809 as cadeiras estão assim imagine os telefone, que tem disque 100, mas não tem aparelhos  
810 decentes que possibilite o atendimento digno ao cliente, que tem cocô de pombo no telhado,  
811 que isso é respirado pelos servidores, diz que essas dificuldades são conhecidas. **Ouvidora**  
812 **Edna** diz que realmente é isso que foi colocado, a precarização que hoje se encontra no  
813 serviço publico que a ouvidoria não é diferente, que, inclusive, já foram acionados pelos  
814 Órgãos de Controle Externo, Tribunal de Constas do Estado Ministério Público, por meio de  
815 Ação Civil Pública, Inquérito Civil Público, tudo em nome do Dr. Pedro Taques e da antiga  
816 ouvidora Sandra e também do atual Secretário Luiz Soares, que está com todos os  
817 documentos, que já foi feito um plano de ação em cima de um PTA, que será apresentado na  
818 próxima reunião do CES, pois é preciso fortalecer o CES, diz ter certeza de a Lúcia já ter esse  
819 levantamento da parte dela, que é preciso em fevereiro mostrar o poder que o CES tem, que

820 tem que fazer funcionar os setores do CES, Ressalta que tem 0800 que hoje não tem nem  
821 redefones, e que precisa falar com 141 municípios, tem sistema de rede que deveria funcionar  
822 para os 141 municípios, mas que foi tirado e repassado para a ouvidoria setorial, que é o  
823 ouvidor SUS. Diz que é preciso que o CES paut e delibere providencias para que tenha um  
824 conselho forte e possa ser trabalhado isso em sistema de rede com os municípios, porque o  
825 municípios também estão fragilizados, conselhos cartoriais, secretaria executiva já não  
826 existem mais, é preciso um trabalho sério e forte, principalmente no ano que vem,  
827 trabalhando um plano de ação de Conselho rumo as Conferência e lá realmente deliberar as  
828 propostas necessárias para fortalecer o controle social.

829 **Conselheira Elda – NEOM em substituição Conselheira ANA:** Sobre o fortalecimento do  
830 conselho, conselhos cartoriais diz que aproveita a oportunidade e dizer que a preocupação de  
831 fortalecer o CES é que o CES seja representativo, diz não ter pedido como conselheira, mas  
832 como cidadã, com base na lei de acesso a informação, toda a documentação da constituição  
833 desse conselho e também da composição anterior e atual, incluindo todos os fundamentos da  
834 indicação do conselheiro porque há denúncia na ONG MORAL que há conselheiro que era  
835 suplente, deixou de ser e não sabia, mas que deveria saber que foi destituído como suplente,  
836 diz quer ver toda documentação como cidadã, mas que qualquer um dos conselheiros que  
837 quiserem analisar essa documentação será bem vindo e entender essa ação como  
838 fortalecimento para CES, pois quando for de fato representativo funcionará melhor, para  
839 cumprir seu papel. **Presidente** diz que não irá entrar no assunto porque já foi discutido e  
840 solicita a proposta da Resolução ao Conselheiro Márcio. Conselheiro questiona se propõe  
841 criar outra resolução pelo Conselho, diz não saber se mais uma resolução ira resolver.  
842 Presidente esclarece que quem está solicitando é o setor de RH da SES, para regular essa  
843 situação. **Conselheiro Marcio Rios**, complementa o esclarecimento dizendo que a Vice-  
844 Presidente Ana Boabaiad entrou em contato com o pessoal do gabinete e do RH, e eles  
845 falaram que poderiam flexibilizar essa questão com o CES fazendo uma resolução para  
846 regularizar, porque a intenção não é abonar a falta de ninguém, mas continuar fazendo as  
847 justificativas, isso facilitaria para que o RH flexibilizasse essa questão do ponto, porque como  
848 foi falado em um mês de 30 dias se houverem 16 justificativas- código 30, por visita técnica  
849 ou reunião externa, por exemplo, não teria como fazer essas justificativas. A intenção é que  
850 os gestores estejam no controle, com a responsabilidade por estarem acompanhando. Não é  
851 sem regras. **Presidente** questiona se é encaminhamento ao Conselheiro Edevande e diz estar  
852 no encaminhamento. **Lúcia Almeida** pergunta se o pedido de esclarecimento é sobre a  
853 proposta, se for, primeiro deve ser feito a proposta para depois ter questão de esclarecimento.  
854 Diz que por enquanto foi feito somente o debate e que o conselheiro Márcio se inscreveu para  
855 fazer a proposta e que não há como fazer esclarecimento se não houve nem a proposta.  
856 **Conselheiro Edevande** diz que sempre foi resistente, uma questão política de ter que voltar e  
857 bater ponto, mas que a resolução pode ser feita quando os funcionários estiverem em viagens,  
858 quando tiver representando o CES, em conferências e seminários, o chefe imediato abonar  
859 esses pontos, no caso aceitar a justificativa. Cita como exemplo o Pimenta que reclamou do  
860 salario, que nesses casos, entendo que quando esta representando o conselho, quando a chefe  
861 imediata, que é a Edna e a Lúcia sabe, é cabível a aprovação dessa resolução com isso.  
862 **Conselheiro Márcio** diz que a proposta da mesa é que a assiduidade dos trabalhadores  
863 disponibilizados para o CES/MT seja de responsabilidade do órgão mediante ao envio  
864 mensal de relatório de frequência ao setor de RH da SES com as devidas justificativas,  
865 porém sem a necessidade do registro biométrico, tendo em vista as especificidades dos

866 **trabalhos realizados nos setores.** O presidente pede a reeleitura da proposta que é feita pelo  
867 Conselheiro Márcio no mesmo sentido. **Conselheiro Otair – Poder Executivo** chama  
868 atenção do Conselheiro Márcio dizendo que visualiza a necessidade de justificativa quando  
869 está fora da SES, quando você faz isso entende que todo dia terá justificativa, precisa  
870 acrescentar no texto quando estiver a serviço, porque quando não está a serviço, porque até o  
871 próprio servidor precisa se resguardar de ter registro na sede da Secretaria para não sofrer  
872 apontamentos dos órgãos de controle externo. **Conselheiro Márcio** reformula dizendo que  
873 fica “enviando o relatório com as justificativas”, porque ele vai bater o ponto só quando não  
874 estiver na SES é que justifica. **Lúcia Almeida:** Diz que na verdade o biométrico, o problema  
875 é isso, que não aceita mandar relatório de frequência se tiver o biométrico. Biométrico tem  
876 limites de justificativas, que por isso a proposta coloca como responsável pela assiduidade o  
877 CES, porque será feito da forma que sempre foi feito, se tiver justificativa é que faz, se não  
878 houver vai colocar normal a frequência, manualmente, porque o ponto biométrico ele não  
879 aceita, não pode mandar o manual, pois foi o que aconteceu, foi mandado o manual e eles não  
880 aceitaram. **Conselheiro Otair** diz que quando a Lúcia diz que o biométrico não aceita, o RH  
881 não aceita as justificativas em excesso, tudo isso cai por terra, pois se colocou a digital lá e  
882 diz que não excedeu horário ou está faltando horário, o que vai justificar o dia que você não  
883 colocou sua digital é um documento legal dizendo que você estava em uma visita no fórum  
884 ou em qualquer outro local. Diz que não é que não funciona, mas que esta havendo um  
885 equívoco por parte da pessoa que esta recebendo os relatórios, que o interno da gestão precisa  
886 resolver o problema, pode ser criada 200 justificativas, pedir para TI inserir vários códigos de  
887 justificativas para não cair nisso. O 030 só pode 3 vezes, então cria o 040, só pode duas, então  
888 cria o 0100, se cria o número que quiser, para a TI se cria o número que quiser, que o que dá a  
889 entender é que existe uma pessoa que esta recebendo isso dos servidores do CES e esta  
890 dizendo que não pode, mas o questionamento é se tem ausência durante 15 dias do mês e elas  
891 estão justificadas porque foi para Pedra Preta, ou chapada, ou fórum, esse documento tem que  
892 ter peso perante a gestão de pessoas da instituição, não se questiona. Presidente diz ter uma  
893 observação muito clara da questão da autonomia desse Conselho, questiona se ele é ou não é  
894 autônomo, se é um órgão dependente da SES. Diz que é preciso discutir a autonomia  
895 funcional do CES, a SES precisa colocar o Márcio Rios a disposição desse Conselho e  
896 totalmente a disposição desse Conselho, inclusive a questão do ponto tem que passar por aqui  
897 e por aqui tem que sair, isso é autonomia, se não é assim há um aprisionamento ao gestor.  
898 Questiona se é autonomia financeira de funcionários, ou seja, se o CES é fiscalizador de fato  
899 ou estará sempre amarrado a uma gestão. Diz que é preciso começar a refletir sobre isso,  
900 sobre a autonomia do CES. Resolução essas coisas de ponto, questão financeira, até questão  
901 de espaço físico deve ser discutido, devendo ser visto orçamento para ter sede própria, o  
902 Conselho de educação esta fora da Secretaria de Educação está na Av do CPA. Diz ser um  
903 discussão que precisa ser feita posteriormente. **Conselheira Maria de Lurdes,**  
904 **representante da SES:** Diz estar espantada com a questão do registro do ponto, que o  
905 registro do ponto é um determinação dos órgãos de controle, o CES faz parte da SES. Diz não  
906 estar entendendo essa autonomia, que o local de funcionamento não muda nada em relação ao  
907 registro de ponto pode funcionar e qualquer local, a escola esta fora da Secretaria mas tem o  
908 controle do ponto, não muda nada. Diz ainda que tem sob sua responsabilidade 250  
909 servidores, que todos registram ponto, que tem servidor que viaja mais de 15 dias, vigilância  
910 sanitária que viaja muito e que não tem problema de corte do salário deles, porque chegou de  
911 viagem, anexou o relatório dentro do sistema WEB Ponto em tempo hábil, diz que é lá que se

912 faz a justificativa, em tempo hábil para não haver corte de salário. Diz não estar entendendo,  
913 estar espantada, que quando vem para uma reunião que não é uma viagem a serviço, que é  
914 dentro da cidade, a mesma coisa, tira cópia dessa frequência que todos assinaram, é a prova  
915 cabal do tempo que o servidor permaneceu, justifica no ponto. Diz estar cética de todos os  
916 problemas registrados, não há quem não saiba a função do conselho e a necessidade de todos  
917 os servidores, pessoas ligadas ao CES, Ouvidoria, de se ausentarem, de circularem na cidade,  
918 de atender as demandas chegadas no CES, que isso é inerente ao Conselho. Mas se justifica e  
919 tem formas de justificar. Existem prazos para isso. Destaca que o corte do salario inteiro do  
920 servidor é porque ele foi negligente, não justificou, ou justificou fora do prazo. É preciso que  
921 se tome cuidado e se separe aquilo que é realmente necessário porque todos nós somos  
922 servidores públicos com exceção daqueles que só são conselheiros e representam outra  
923 Instituição, quem tem vinculo é servidor, deve ser tomado certo cuidado a respeito disso. Pois  
924 há uma normatização decidindo isso, não foi porque o secretario quis assim, é algo maior, que  
925 deve se ater aos detalhes da necessidade do CES e o pé no chão para fazer algo que seja legal  
926 e plausível. Presidente concorda dizendo que pode até configurar perseguição. **Conselheiro**  
927 **Orlando – SINTEP:** Diz que a Conselheira acabou o contemplando que não tinha esse  
928 detalhamento que foi feito, mas que tinha uma leitura disso, estava comentando com a  
929 Daniele e ela corrigiu dizendo ser o Tribunal de Contas, que de qualquer forma 'é dinheiro  
930 publico e sendo dinheiro público deve haver prestação de contas. Diz que o conselheiro que  
931 falou representando a Casa Civil, acabou entrando em um ponto que nos ajudou a fazer uma  
932 leitura tranquila, tem um sistema, mas tem alguém que lida com esse sistema, talvez essa  
933 pessoa não esta tendo uma boa vontade política ou não sabe lidar com o sistema, ou esta  
934 precisando ler mais para saber os procedimentos, de qualquer forma as duas exposições do  
935 governo tem lógica, são mecanismos que da para buscar para resolver. **Presidente** reforça  
936 dizendo que é isso quando o RH quer resolver pedindo a questão da Resolução para dar um  
937 documento para que o RH possa ter respaldo. Conselheira Elda pede questão de  
938 esclarecimento. Diz que pelo que entendeu precisa de uma pessoa do conselho tenha a senha  
939 para fazer os acertos online, em tempo hábil. Presidente esclarece que tem, mas que mesmo  
940 com a senha esta tendo problema e que por isso o RH esta pedindo que o CES faça isso para  
941 que tenha respaldo das justificativas. **Conselheiro Márcio** esclarece dizendo que isso já é  
942 feito no Sistema eletrônico, as justificativas, que quando é feito, por exemplo na ouvidoria  
943 quando ultrapassa 10 vezes que justifica, como aconteceu com Edna, que durante 10 dias teve  
944 seu ponto justificado que estava fora da SES, em visita técnica ou em reunião, visita técnica,  
945 por exemplo, ouvidoria que faz muita visita a paciente, não há um documento formal de que  
946 ela foi realizar essa visita, e o RH já notifica dizendo do excesso de justificativas, mas que  
947 não há como controlar isso. Diz que foi conversar com o setor de RH, que a partir dessa  
948 Resolução eles irão aceitar do conselho as justificativas por conta dessas especificidades. Diz  
949 que a proposta reformulada ficou: "que a **assiduidade dos trabalhadores disponibilizados**  
950 **para o CES/MT seja de responsabilidade do órgão mediante ao envio mensal de**  
951 **relatório de frequência ao setor de RH da SES com as devidas justificativas quando a**  
952 **serviço do CES.** Presidente Ad Hoc coloca em **REGIME DE VOTAÇÃO: Os conselheiros**  
953 **que concordam levantem o braço (11), os contrários (01) Abstenções (03).** **Aprovada a**  
954 **Proposta.** **Conselheira Daniele** declara votar por abstenção por não estar esclarecida da  
955 matéria, que propôs ir para uma comissão, para chamar o pessoal do RH da SES para elucidar  
956 melhor para trazer ao pleno, mas como não foi encaminhado essa proposta, vota por  
957 abstenção. **Presidente Ad Hoc** declara encerrada a sessão, as 17h10min. **Não Havendo nada**



958 **mais a ser deliberado, eu Lúcia Almeida Secretária Geral do CES-MT, lavro a Ata desta**  
959 **sessão presidida pelo Presidente Ad Hoc Mário Lúcio e estiveram presentes os**  
960 **Conselheiros abaixo: Otair Rodrigues (Casa Civil), Siriana Maria (SES), Luceni Grassi**  
961 **(SES), Cassia Palos (UFMT), Daniela Amaral (Filantropias), Jeovanny Brasileiro**  
962 **(CREFITO), Zeni Luerzen (CRP), Márcio Rios (SISMA), Orlando Francisco**  
963 **(SINTEP), Elda Valim (NEOM), Osmar Rodrigues (CONDISE), Emanuel Tibaldi**  
964 **(ANDE), Francisco das Chagas (FEMAB), Francisca Almeida (SINDMINÉRIO), Carlos**  
965 **Pereira (APRET) e Leila Corrêa Melo ( AMAPMT).**